

DOI: 10.20911/21799024v16n2p59/2025

A ética deontológica como obstáculo à afirmação do indivíduo: Uma relação entre Kant e Nietzsche

**Deontological Ethics as an Obstacle to the Affirmation of the Individual:
A Relationship between Kant and Nietzsche**

Thiago Souza Araújo¹

RESUMO: pensar uma ética criativa é destituir com a fixação da moral. Para a criação, é necessária uma afirmação do sujeito, *Amor fati*, uma abertura ao devir. Em contraste, o pensamento dogmatizado pela razão engessa o ato criador pois não há ação subjetiva, ou seja, uma manifestação dos instintos, o estado originário do sujeito, mas uma negação vital, da vida enquanto totalidade. Nesse caminho, será abordado dois pensadores: Immanuel Kant (1804) em sua ética “deontológica” baseada na razão como fixação moral, e Friedrich Nietzsche (1900) que pensa uma ética criativa que experimenta a realidade sem preconceitos, normativas absolutizadas pela moral. Nega-se, portanto, os valores de verdade e ideais que domesticam as ações e o pensamento humano.

PALAVRAS-CHAVE: Ética. Deontológica. Criação. Vida. Amor fati.

ABSTRACT: To conceive a creative ethics is to dismantle the fixation of morality. Creation requires an affirmation of the subject — *Amor fati*, an openness to

1 Mestrando em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) em Belo Horizonte, MG.

becoming. In contrast, thought dogmatized by reason stiffens the creative act, as there is no subjective action — that is, no manifestation of instincts, the original state of the subject — but rather a vital negation, a denial of life as totality. Along this path, two thinkers will be addressed: Immanuel Kant (1804), with his “deontological” ethics grounded in reason as moral fixation, and Friedrich Nietzsche (1900), who envisions a creative ethics that experiences reality without prejudice or moral absolutism. Thus, the values of truth and ideals that domesticate human action and thought are rejected.

KEYWORDS: Ethics. Deontological. Creation. Life. Amor fati.

Introdução

A proposta ética em Immanuel Kant (1804) e Friedrich Nietzsche (1900) estabelece uma diferença no modo de ambas conceber a moral.

Kant se delimitou a fundamentar uma filosofia universalizada e alicerçada sobre a razão buscando os princípios norteadores do sujeito para se chegar ao conhecimento pelo mundo fenomênico. A valoração da razão é primordial para que se chegue a um princípio universal e verdadeiro, a um “imperativo categórico” e à noção de “virtude”. Deste modo a razão tem poder regulador das ações e da capacidade de legislação. Aborda-se uma ética não inserida nos costumes, mas pelo próprio sujeito que, movido pela sua razão, sente-se no dever de agir de “tal” forma, uma ética denominada como “deontológica”.

Em contrapartida, se tem o pensamento de Nietzsche, o qual valora uma visão perspectiva da realidade. O próprio sujeito é criador e atribuidor de sentidos ao real, tratando-se de uma esfera instintiva, um “estado estético” movido pelas paixões e sentimentos, uma existência autêntica e afirmativa em vista da própria imanência e na negação de pretensões metafísicas.

O presente trabalho tem por objetivo pensar uma ética criativa constituída pelo indivíduo em sua dimensão psicofisiológica, i. e. que abarca o sujeito em seu todo. Para alcançar a proposta, será feito um diálogo entre os dois filósofos contrapondo a ética deontológica kantiana e a perspectiva nietzschiana.

A reflexão se desenvolve pelas duas concepções éticas na seguinte estrutura: primeiro, a ética “deontológica” de Kant, o modo como o filósofo construiu e justificou o seu pensamento; segundo, será abarcado a ética perspectivista e criativa em Nietzsche em sua fundamentação genealógica da moral; e, por fim, no terceiro e último será ponderado a bifurcação entre os dois pensamentos, ética enquanto fixação moral e como criação para uma nova justificação moral. A noção norteadora em ambos os filósofos se dá pela “virtude”, em Kant como uma disposição moral para agir segundo o dever e em Nietzsche como a uma

capacidade de controle sobre os instintos naturais, contrários à moral segundo Kant.

1. A ética deontológica em Immanuel Kant

Na *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785), Kant pensou uma moral fundamentada na razão. Em contrapartida, os instintos são negados, uma vez que a sua influência sobre a razão é entendida como obstáculo para a sua ação. “A necessidade prática de agir segundo esse princípio, isto é, o dever, não assenta absolutamente em sentimentos, impulsos e inclinações, mas meramente na relação dos seres racionais uns com os outros” (Kant, 2009, p. 263). Há princípios universais e necessários para que a moral seja regulada pela razão, que ao contrário da *Crítica da razão pura* (1781), não precisa ser validada por meio da experiência empírica², mas norteadas pela razão em sua atuação prática de modo incondicional.

Como verificar a autenticidade da moral submetida à regulação da razão? Há algum critério que fundamenta a ação moral universalizada assim como o conhecimento empírico e racional? Segundo Kant, sim, e tal critério será denominado como “imperativo categórico”.

Três conceitos são importantes para compreender a moral kantiana: “liberdade”, “boa vontade” e, já expresso, seu “imperativo categórico”.

A moral está fundamentada no próprio indivíduo e a normativa dada pela razão permite uma legislação sobre si mesmo. Pelo “imperativo categórico” é possível se pensar a liberdade do sujeito em que pelas suas máximas se expressa o dever, a liberdade prática e com isso a boa vontade³.

A liberdade é inteligível e não causal como no mundo fenomênico:

Nós necessitamos do princípio da causalidade dos fenômenos entre si para poder procurar e fornecer condições naturais para acontecimentos naturais, causas no fenômeno (...). Agora, não causa o mínimo prejuízo ao entendimento admitir (...) que entre as causas naturais haja também algumas que têm uma faculdade apenas inteligível (Kant, 2015, p. 436).

2 Seu início se dá pelos fenômenos, intuições sensíveis que não permitem um acesso direto à *coisa em si*, sendo legislado pelo entendimento e arqueado por outras faculdades (sensibilidade, razão e imaginação) para se chegar ao conhecimento. Logo, tudo que não passe pelo filtro das faculdades cognitivas, não pode ser provado nem justificado. A moral regida pela razão prática parte de um princípio *a priori*, não necessita da experiência sensível.

3 “Mas, se nenhum outro fundamento determinante da vontade tem que ser pensada como totalmente independente da lei natural dos fenômenos (...). Uma tal independência, porém, chama-se liberdade no sentido mais estrito, isto é, transcendental. Logo, uma vontade, à qual unicamente a simples forma legislativa da máxima pode servir de lei, é uma vontade livre” (Kant, 2016, p. 48).

Ao formular o “imperativo categórico”, Kant o fundamenta por meio de máximas⁴ universalizadas que se dão como princípio subjetivo da vontade⁵, querer e deliberar numa situação particular, às quais a razão aponta ao sujeito como obrigação moral: “Portanto, o imperativo categórico é um único apenas e, na verdade, este: *age apenas segundo a máxima pela qual possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal*” (Kant, 2009, p. 215).

Seguir o imperativo é exercer a “autonomia”. O sujeito dotado de razão que legislará sobre si mesmo, ele próprio dá a sua lei afastado das paixões, emoções, desejos, elementos instintivos não racionais. A boa vontade

(...) não pode ser má, por conseguinte cuja máxima, se transformada numa lei universal, nunca pode estar em conflito consigo mesma. Este princípio é, portanto, também sua lei suprema: age sempre segunda aquela máxima cuja universalidade possas querer ao mesmo tempo como uma lei; essa é a única condição sob a qual uma vontade jamais pode estar em conflito consigo mesma, e tal imperativo é categórico (Kant, 2009, p. 273).

Boa vontade, autonomia e liberdade estão intrinsecamente ligadas. De modo convencional, se compreende a liberdade como “tudo podes”, ausência de normativas e restrições; porém, Kant a compreende regida pela razão, será aqui que a boa vontade e a autonomia se manifestam, pois a liberdade⁶ é a adesão livre do sujeito à lei que a razão prescreveu em seu imperativo, e isso se dá por uma autonomia

pela qual ela é uma lei para si mesma (independentemente de toda qualidade dos objetos do querer). O princípio da autonomia é, portanto: não escolher de outro modo senão de tal modo que as máximas de sua vontade também estejam compreendidas ao mesmo tempo como lei universal no mesmo querer (Kant, 2009, p. 285).

Logo, toda regra que estiver ligada a essa vontade deve ser uma condição à ação, em outras palavras: um imperativo.

No que concerne à virtude⁷, ela é expressão, ação da boa vontade. O seu exercício é desinteressado, uma disposição da razão que nos conduz ao dever-moral sem influências externas⁸. Isso fica claro quando o filósofo faz questão

4 Existem outras máximas construídas, porém, não se pretende aqui uma análise sobre elas, mas compreender que há um “princípio” de caráter universal que direciona o sujeito ao dever. Outras podem ser encontradas em sua *Fundamentação da metafísica dos costumes*: age de modo que tomes a humanidade em tua pessoa e de outrem sempre como um fim (Cf., 2009, p. 243), age de modo que sua vontade, pela máxima, possa ser intuída de modo universal (Cf., 2009, p. 263).

5 “pensada como uma faculdade de se determinar a si mesma a agir *em conformidade com a representação de certas leis*” (Kant, 2009, p. 237).

6 A liberdade está como condição de possibilidade à moralidade.

7 “A virtude é, portanto, a força moral da vontade de um *ser humano* no cumprir seu dever, um *constrangimento* moral através de sua própria razão legisladora, na medida em que esta constitui ela mesma uma autoridade executando a lei” (Kant, 2003, p. 248).

8 Em contrapartida, Nietzsche compreende a virtude como controle dos desejos e das emoções, tudo aquilo que segundo Kant é “imoral” por não ter bases racionais.

de especificar um capítulo em sua *Metafísica dos costumes* intitulado *A virtude requer, em primeiro lugar, o domínio de si mesmo*:

Visto que a virtude está baseada na liberdade interior, encerra um comando positivo dirigido a um ser humano, a saber, submeter todas as suas capacidades e inclinações ao controle (de sua razão) (...), pois a menos que a razão mantenha as rédeas do governo em suas próprias mãos, os sentimentos e inclinações do ser humano atuarão como senhor sobre ele (Kant, 2003, p. 251).

As inclinações aos sentimentos engessam a atuação da boa vontade, por conseguinte a própria ação moral. É necessária uma espécie de apatia pressuposta pela virtude, ausência de afetos em que os sentimentos advindos da sensibilidade não podem atuar sobre a moralidade, “porque o respeito pela lei é mais poderoso do que todos esses sentimentos juntos” (Kant, 2003, p. 252).

O sujeito virtuoso sabe distinguir e ter domínio sobre seus afetos, ele coloca a lei da virtude em prática. Porém, tal virtude é inatingível, um ideal que está sempre em progressão. Obtê-la se dá por aproximação pela boa vontade, que “sempre parta do início (...) (numa) base subjetiva na natureza humana, que é afetada por inclinações em função das quais a virtude jamais pode sossegar em paz e quietude com suas máximas” (Kant, 2003, p. 252). Perceba, não se trata de costumes e hábitos, isso levaria a questão do dever ao declínio, não haveria liberdade, o princípio fundador da possibilidade moral. As situações são diversas, é necessário um amadurecimento constante da virtude para lidar com as adversidades e se chegar à atividade da lei moral.

Em contrapartida, pensar uma ética universalizada sobre o pilar do dever – “deontológica” – é incorrer numa ética inflexível, indiferente a cultura e historicidade, ela se torna uma por intermédio da razão. Se os imperativos são válidos para todos, independentemente de suas inclinações naturais, não há devir em suas afirmações, mas uma necessária permanência.

2. A ética criacionista em Friedrich Nietzsche

O pensamento de Nietzsche se desvincula da fixação moral. O filósofo compreende o indivíduo sem preconceitos enquanto criador, sem domesticação e réplicas de formas. É a dimensão do “estado estético” que torna o indivíduo artista⁹ com “vontade de potência”, afirmação do destino e reconciliação com o devir. Há uma negação da fixação moral. A sua genealogia demonstra como os valores foram atribuídos no percurso da história, valores que moldaram o pensamento e as ações.

Por um escrúpulo que me é peculiar, e que confesso a contragosto – diz respeito à *moral*, a tudo o que até agora foi celebrado na terra como

9 Olhar a arte enquanto potência vital: “(...) estou convencido de que a arte é a tarefa suprema e a atividade propriamente metafísica desta vida” (GT/NT, Prefácio para Richard Wagner).

moral –, escrúpulo que surgiu tão cedo em minha vida, tão insolicitado, tão incontido, tão em contradição com ambiente, idade, exemplo, procedência, que eu quase poderia denominá-lo meu “*a priori*” (GM/GM, 3, grifo nosso).

No fragmento acima, em *Genealogia da moral*, se dá no prólogo em que Nietzsche já faz uma desconstrução da domesticação moral imposta pela cultura. Na Terceira dissertação da GM, é trabalhado a noção de “ideal ascético”, conceito importante que reforçou a moral. Tal ideal é o modo como a moral se assegura, ela é um instrumental de justificação em seu “plano de fundo. Na religião, isso se manifesta por um ideal de cura, de salvação, de sacralização, uma devoção para suprir o falso “sentimento de culpa” – má consciência¹⁰:

(...) o sacerdote é aquele que *muda a direção* do ressentimento. Pois todo o sofredor busca instintivamente uma causa para seu sofrimento; mais precisamente, um agente; ainda mais especificamente, um agente *culpado* suscetível de sofrimento – em suma, algo vivo, no qual possa sob algum pretexto descarregar seus afetos (...): pois a descarga de afeto é para o sofredor a maior tentativa de alívio, de *entorpecimento*, seu involuntariamente ansiado narcótico (GM/GM, III, 15).

O ideal ascético cria um valor de verdade e por ela o homem encontra o sentido da vida frente aos sofrimentos. Existe uma submissão que Nietzsche compreende como “moralidade dos costumes”, uma moral que se enraíza na tradição: “O imenso trabalho daquilo que denominei como ‘moralidade do costume’ (...) – o autêntico trabalho do homem em si próprio, durante o período mais longo da sua existência, todo esse trabalho *pré-histórico* encontra nisto seu sentido, sua justificação” (GM/GM, II, 2).

O declínio dessa moralidade ascética se dá no advento da modernidade. Por ela essa moral predominante cai em descrédito, por isso a famosa expressão tão erroneamente interpretada: “**Deus está morto!** Deus continua morto! E nós o matamos! Como nos consolar, a nós, assassinos entre os assassinos? O mais forte e mais sangrado que o mundo até então possuía sangrou inteiro sob os nossos punhais” (FW/GC, III, 125, grifo nosso). O interesse de Nietzsche não é um ateísmo, mas expressar essa ausência de sentidos que perdurou séculos na cultura.

A ascese do valor científico altera este percurso de justificação. Porém, embora não defenda o mesmo ideal metafísico teológico, permanece no mesmo terreno: a tentativa de compreender o valor da verdade, a sua crença: “Desde Copérnico o homem parece ter caído em um plano inclinado – ele rola, cada vez mais veloz, para longe do centro – para onde? rumo ao nada? Ao ‘*lancinante* sentimento do seu nada’?... Muito bem! Não seria este o caminho reto – para o *velho* ideal?” (GM/GM, III, 25).

10 O conceito de “má consciência” no contexto se refere ao indivíduo que traz consigo o sentimento de culpa não genuína, i. e. que lhe foi imposta. O ato religioso de infiltrar a culpa como meio de domesticação, é artifício para manter o seu domínio, ela oferece “narcóticos” que dão ao sujeito um breve consolo, provocando uma necessidade superficial de manter-se na crença à sua redenção.

Toda a questão moral perpassa pelo pensamento de Nietzsche. Ao analisá-la sobre uma perspectiva genealógica, aponta a sua realidade como construção histórica influenciada por interesses para fins de domesticação. Se a moralidade é arquitetada, o seu absolutismo metafísico perde sustentação. Tudo emerge de uma criação propriamente humana, um assenhorar-se, valores inquestionáveis que encontraram seu embate, enfim, nos valores modernos.

Além do aspecto genealógico, uma esfera linguística é percebida na moral, sua realidade é dotada de atributos. Todos os nossos juízos de valores estão repletos de clichês, pressuposições, como expresso anteriormente, um verdadeiro *a priori*. A isso se entende como “consciência moral¹¹”.

Meu pensamento, como se vê, é que a consciência não faz parte realmente da existência individual do ser humano, mas antes daquilo que nele é natureza comunitária e gregária; que, em consequência, apenas em ligação com a utilidade comunitária e gregária ela se desenvolveu sutilmente (FW/GC, V, 354).

A consciência moral é uma forma de universalização do pensamento. Ela submete aqueles que a possuem numa comunidade gregária em que todos indivíduos passam a comungar dos mesmos ideais. Ela é nociva à vida autêntica, pois codifica o real e cessa o fluxo das forças, não permite a expressão daquilo que é mais genuíno, constante vontade de afirmação, os instintos enquanto impulsos. Viver a existência em seu todo é experimentá-la em plenitude. Nietzsche afirma que a “moralização dos costumes” define essa força, não há espaço para o novo.

Aqui se adentra para um ética criacionista, uma verdade perspectiva na compreensão de que os valores estão em constante criação. Eles não subsistem, mas são concebidos por aqueles que veem a vida enquanto totalidade, sem preconceitos, numa abertura aos devires.

Algum dia, porém, num tempo mais forte do que esse presente murcho, inseguro de si mesmo, ele virá, o homem redentor, o homem do grande amor e do grande desprezo, o espírito criador cuja força impulsora afastará sempre de toda transcendência e toda insignificância (...). Esse homem do futuro, que nos salvará não só do ideal vigente, como daquilo que *dele forçosamente nasceria*, do grande nojo, da vontade de nada (GM/GM, II, 24).

Num fragmento póstumo, Nietzsche escreve: “O estado estético tem uma superabundância de formas de comunicação, assim como uma extrema receptividade, para estímulos e sinais. É o auge da comunicabilidade e da transmissibilidade entre os seres vivos, – é a fonte das línguas” (NF/FP da primavera de 1888, 14[119], tradução nossa). A língua se inicia a partir de um estado denominado como “estado estético”, é a dimensão plena do corpo, a parte animal, um vigor corporal: “E uma mistura desses sutilíssimos matizes de sentimentos

11 “A universalização de uma consciência, que, em si, somente pode ser considerada no singular, está, desde a sua base, fundada numa compreensão moral” (Feiler, 2025, p. 11).

de bem-estar e de apetites animais constitui o estado estético” (NF/FP da primavera de 1888, 9[102], tradução nossa). É um retorno à condição primária, longe dos preconceitos linguísticos impregnados no pensamento pelos valores e tradição, é o estado de abertura ao devir. A vontade de afirmação é expressão do indivíduo virtuoso¹², aquele que aceita o seu destino: “Quando vos elevais acima do elogio e da censura, e vossa vontade quer em tudo mandar, como a vontade de um amante: aí está a origem da vossa **virtude**” (Za/ZA, I, DA virtude dadi-vosa, 1, grifo nosso).

Por costume, Nietzsche se serve de uma linguagem metafórica em suas obras. Traz a imagem do indivíduo dotado de potência como aquele que saberá olhar à realidade, esta alojada num contexto moral, sem se corromper por ela. Permite-se afetar pelas diferenças estranhas aos costumes. É amar o destino – *Amor fati* –, abraçar a contingência do real em detrimento da fixação. É retornar à inocência, condição artística e criativa: “Quero cada vez mais aprender a ver como belo aquilo que é necessário nas coisas – assim me tornarei um daqueles que fazem belas as coisas. *Amor fati* [amor ao destino]: seja este, doravante, o meu amor! (...) E, tudo somado e em soma: quer ser, algum dia, apenas alguém que diz Sim” (FW/GC, IV, 276). Trata-se de uma constante atividade de reinterpretação da realidade, transvaloração.

3. O obstáculo da criação: uma nova justificação dos valores

Entre os autores, Kant e Nietzsche, há uma contraposição radical do pensamento. Pelo primeiro, a ética é “deontológica”. Se tem uma valoração da razão prática enquanto elemento regulador do dever moral, ela não pode ser provada, pois o conhecimento só é possível a partir da faculdade sensitiva. Logo, o seu “imperativo categórico” é *a priori*. Sua validade se dá pelo caráter universal, é ético aquilo que a razão prática consegue apontar enquanto lei válida para todos os seres dotados de razão. Em contraposição, a ética nietzschiana é perspectiva, se volta à individualidade.

A universalidade em Kant se assemelha à concepção gregária, uma sociedade do “rebanho”. Seus integrantes são seguidores de um ideal, se negam as particularidades. Ao resgatar a historicidade da genealogia da moral, Nietzsche vai se depor ao poder da razão:

E agora não me venha falar de **imperativo categórico**, meu amigo! (...): lembra-me o velho Kant, que, como punição por ter obtido furtivamente a ‘coisa em si’ – também algo ridículo! (...) Você admira o imperativo categórico em você? Essa “firmeza” do que é chamado seu juízo moral? Essa “incondicionalidade” do sentimento de que “nisso todos têm

12 Embora na *Genealogia da moral* Nietzsche trouxesse uma concepção negativa do que seria “virtude”, o seu foco foi explicitar o efeito da inversão de valores causada pela moral. Por exemplo, a religião enquanto ideal ascético ofertava aos seus integrantes instrumentos para se curarem de um sentimento de culpa. Aqueles que seguiam à risca, eram considerados virtuosos, assim como os Santos da Igreja. (Cf. GM/GM, III, 17).

de julgar como eu?" (...) Pois egoísmo é sentir o próprio juízo como uma lei universal (FW/GC, IV, 335, grifo nosso).

Ao citar "egoísmo", Nietzsche ironiza com a determinação da valoração dos valores. Em síntese, ele questiona com qual medida a moral se serviu para valorar aquilo que é considerado "bom" ou "mau", o primeiro como algo vantajoso e o segundo o seu contrário.

Tomava-se o *valor* desses "valores" como dado, como efetivo, como além de qualquer questionamento; até hoje não houve dúvida ou hesitação em atribuir ao "bom" valor mais elevado que ao 'mau' (...). E se o contrário fosse verdade? E se no "bom" houvesse um sintoma de regressão? (GM/GM, 6).

Kant racionalizou integralmente o homem. Ao estabelecer uma ética do dever, expurgou a plenitude vital, deturpou o real e levou o indivíduo ao autoengano: à posse de uma verdade. Negar as inclinações humanas é estar contra a vida. É desprezar o elemento mais essencial à formação dos valores. Além disso, os instintos para Kant podem desviar a "vontade" de se guiar pela razão prática, uma vez que os desejos, as emoções, tudo aquilo externo a ela incorrem no risco de deturpá-la. A própria autonomia da vontade, capaz de legislar por si mesma, se define com a interferência instintiva. Essa dogmaticidade da razão se assemelha à concepção de "consciência" em Nietzsche, o ato de atribuir sentidos às coisas numa universalidade camuflada de verdade, um fechamento às diferentes perspectivas do devir. Toda valoração se volta à atividade racional.

A rígida e virtuosa tartufice do velho Kant, com a qual ele nos atrai às trilhas ocultas da dialética, que encaminham, ou melhor, desencaminham, a seu "imperativo categórico" – esse espetáculo nos faz sorrir, a nós, de gosto exigente, que achamos não pouca graça em observar os truques sutis dos moralistas e pregadores da moral (JGB/BM, Dos preconceitos dos filósofos, 5).

Nesse processo criador, Nietzsche aponta um "estado estético". Ele seria o estágio criativo do homem, um retorno à sua condição primária isento dos conceitos e imperativos. É o momento pelo qual o homem se permite confrontar com as diferenças, não há negação dos instintos, mas neles encontra abertura ao novo, reconhecendo a sua individualidade buscando se afirmar. As emoções não são contraditórias à moralidade, mas intensidades que deslocam o sujeito para um constante devir.

Considerações finais

Segundo Nietzsche, aquele que aceita o seu destino se mostra em "virtude", não mais numa visão eclesástica de valores ascéticos, pois até isso é fruto de uma moral, mas como "vontade de potência". Em contrapartida, Kant em sua deontologia nega a história, os contextos, as criações, a vida em seu todo frente a um fechamento de si. Não há vitalidade, mas negação.

Diante da reflexão construída, conclui-se o objetivo do presente trabalho na abordagem do pensamento de uma ética criativa, a realidade enquanto criação de valores que se deu a partir de dois autores: Kant e Nietzsche. O primeiro, um homem da virada do século XVIII para o século XIX, influenciado pelo contexto iluminista, valorizando a razão como validade moral. Já o segundo, um homem do século XIX, que presenciou o declínio da moral tradicional.

Filósofos do seu tempo, cada um desenvolveu um pensamento ético de acordo com suas conjunturas e influências intelectuais próprias. Longe de um menosprezo pelo sistema kantiano, a perspectiva nietzschiana se mostra mais condizente com o propósito deste escrito: pensar uma ética criativa, uma afirmação do indivíduo. Pelo pensamento de Nietzsche, compreendemos uma realidade mais aberta às diferenças, para novos valores. Sua crítica à tradição revela uma necessidade de repensar uma nova perspectiva de sentidos, reconhecendo a pluralidade como elemento essencialmente humano.

Referências

FEILER, A. A consciência e a vida no limite da tragédia: Considerações nietzschianas acerca da disposição afirmativa. *Sofia*, Vitória, v. 14, n. 1, p. 01-22, mar. 2025.

KANT, Immanuel. *A metafísica dos costumes*. Tradução de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2003.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. 4. ed. Tradução de Valerio Rohden. São Paulo: WMF Martins fontes, 2016.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 4 ed. Tradução de Fernando Costa Mattos: Petrópolis: Vozes, 2015.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Barcarolla, 2009.

NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, F. *Assim falava Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Tradução de Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

NIETZSCHE, F. *Fragmentos Póstumos: Volumen IV (1885-1889)*. Trad. Juan Luis Vermal e Joan B. Llinares. 2.ª ed. Madrid: Tecnos, 2008.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NIETZSCHE, F. *O nascimento da tragédia: ou os gregos e o pessimismo*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: companhia das Letras, 2020.

Artigo submetido em: 25/09/2025. **Aprovado** em: 18/11/2025.

E-mail do Autor: thiagosouzaara1@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3211-565X>